

COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER**REQUERIMENTO Nº , DE 2021**

(Da Sra. TEREZA NELMA)

Requer a realização de conjunto de audiências públicas para discutir ações do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONPM), no âmbito da Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, promovida pela Secretaria da Mulher.

Senhora Presidente:

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência a realização das Audiência Pública de forma híbrida, referentes aos eixos de atuação do Observatório Nacional da Mulher na Política, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, para discutir os seguintes temas: **1) “A Mulher e a Regulamentação das Eleições de 2022 – Contribuições para a redação das Resoluções do TSE”;** **2) “Violência Política contra as Mulheres”**, em alusão ao Dia Internacional dos Defensores do Direito da Mulher. Ainda, solicitamos a realização do **I Encontro Internacional de Observatórios da Mulher na América Latina e Caribe**, em alusão ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, no formato de reunião técnica de forma híbrida. Os referidos debates estão inseridos no âmbito da Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, promovida pela Secretaria da Mulher.

Para discutir o tema “A Mulher e a Regulamentação das Eleições de 2022 – Contribuições para a redação das Resoluções do TSE”, as/os interessadas/os poderão se inscrever para participar dos debates.

Para discutir o tema “Violência Política contra as Mulheres”, convidamos as/os seguintes participantes:

- 1) Representante do Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- 2) Representante da Procuradoria-Geral Eleitoral, do Ministério Público Federal (PGE/MPF);



- 3) Representante da Defensoria Pública da União (DPU);
- 4) Representante da ONU Mulheres.

Para a reunião técnica do I Encontro Internacional de Observatórios da Mulher na América Latina e Caribe, em alusão ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, convidamos as seguintes participantes:

- 1) Nadine Gasman, representante do México;
- 2) Mônica Bengas, representante do Equador;
- 3) Karina F. Arriola, representante da Guatemala;
- 4) Laura Hernández, representante da República Dominicana.

JUSTIFICAÇÃO

O Observatório Nacional da Mulher na Política (ONPM) foi lançado em 3 de julho de 2021, consistindo em um programa da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados que tem a finalidade de investigar, produzir e agregar conhecimento acerca da atuação política de mulheres nas instituições democráticas no Brasil e sobre o processo de construção e fortalecimento do seu protagonismo político. Está dividido em três eixos: 1) Eixo 1 – Violência Política contra a Mulher; 2) Eixo 2 – Atuação Parlamentar e Representatividade; e 3) Eixo 3 – Atuação Partidária e Processos Eleitorais.

A realidade brasileira conta com a baixa representatividade feminina nos espaços de poder, em especial nas Casas Legislativas de nível municipal, estadual e federal, além de constantes ameaças e empecilhos para a permanência dessas mulheres nos cargos políticos. Sendo assim, o ONPM representa um importante instrumento de enfrentamento à violência política contra a mulher, a qual também visa ser combatida pela campanha dos “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”.

A Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados participa desde 2013 da Campanha Mundial “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, que, no Brasil, acontece de 20 de novembro a 10 de dezembro e é chamada de 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, pois seu início ocorre no dia 20 de



novembro, Dia da Consciência Negra, considerando a dupla vulnerabilidade da mulher negra.

A Campanha busca conscientizar a população sobre os diferentes tipos de agressão contra meninas e mulheres em todo o mundo. Trata-se de uma mobilização anual, empreendida por diversos atores da sociedade civil e do poder público. É realizada em escala mundial dia de 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, a 10 de dezembro, data em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e também tem o objetivo de propor medidas de prevenção e combate à violência, além de ampliar os espaços de debate com a sociedade.

A Campanha apresenta calendários adaptados à realidade de cada país, por isso, no Brasil, seu início é no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e passa pelo dia 6 de dezembro, Dia Nacional dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

A Campanha dos 16 dias de ativismo começou em 1991, quando mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL), iniciaram uma campanha com o objetivo de promover o debate e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres no mundo. No Brasil, a Campanha ocorre desde 2003. Cerca de 150 países já aderiram à Campanha.

A data é uma homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, conhecidas como “Las Mariposas” e assassinadas em 1960 por fazerem oposição ao governo do ditador Rafael Trujillo, que presidiu a República Dominicana de 1930 a 1961, quando foi deposto.

Tradicionalmente, além dos eventos organizados pela Secretaria da Mulher e pelos órgãos parceiros para integrar a Campanha, a Bancada Feminina leva ao Colégio de Líderes uma lista de proposições prioritárias para votação em Plenário que visam à ampliação dos direitos das mulheres como mecanismo de combate à violência contra a mulher no país. As propostas apresentadas versam não só sobre projetos e iniciativas na área de segurança pública, mas também em proposições de âmbito social, político e econômico, como as que ampliam a presença feminina na política e as que propiciam maior autonomia financeira para as mulheres — ferramenta essencial para a quebra dos ciclos de violência doméstica.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2021.



Deputada TEREZA NELMA
PSDB/AL

Apresentação: 18/11/2021 09:20 - CMULHER

REQ n.71/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211908050500>

